



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 095

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 094ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE NOVEMBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Padre Paulo Campos e Ailton Araújo.

Às dezessete horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2622

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 665/2003, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão,

para que seja analisado o mérito pela Comissão de Educação.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada por 02 Sessões do Projeto de Lei nº 665/2003, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 11.11.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2003, que cria o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE-PR, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 582/2003**

P A R E C E R :

Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 582/2003, que cria o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - Fepge, conforme especifica.

Autor: Poder Executivo

Relator: deputado Hermes da Fonseca

Relatório

Indo a Plenário, o Projeto de Lei nº 307/2003, recebeu as seguintes emendas:

-Nº 1 - de autoria do deputado José Maria Ferreira e outros, propondo nova redação ao inciso II, do artigo 3º do projeto, contendo as seguintes mudanças: "os rendimentos provenientes da aplicação financeira".

-Nº 2 - de autoria do deputado José Maria Ferreira e outros, suprime o inciso XVII do artigo 3º;

-Nº 3 - de autoria do deputado José Maria Ferreira e outros, propondo emenda aditiva, dando nova redação

ao inciso IV do artigo 2º, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º (...) - IV - Prêmio de produtividade aos Procuradores do Estado, em exercício, até o limite de 90% (noventa por cento)”.

É o relatório.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e à legitimidade da iniciativa concorrente.

Emenda Modificativa nº 1 - procura dar melhor redação ao inciso II, do artigo 3º, sem lhe alterar teor.

A Emenda Supressiva nº 2 - que exclui do texto o inciso XII do artigo 3º, é medida que se impõe, para limitar as receitas que comporão o Fundo, evitando interpretações extensivas que não se coadunam com o espírito da proposta, e com a natureza específica dos Fundos.

A emenda Modificativa nº 3 - alterou o inciso IV, do artigo 1º, acrescentando também a esse inciso um limite percentual, a exemplo dos demais incisos, trazendo maior harmonia ao texto e preservando percentual que o legislador quis destinar às demais hipóteses.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável às emendas de nºs 1, 2 e 3.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(a) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

Apoiamento:

Duflío Genari, José Maria Ferreira, Vanderlei Iensen, Elton Carlos Welter, Marcos Isfer, Elza Correia, Chico Noroeste e Tadeu Veneri.

Em discussão o projeto, com emendas de Plenário.

Em votação.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a Emenda nº 01, de autoria do deputado José Maria Ferreira e demais senhores deputados.

Solicito ao senhor 1º secretário para que proceda à leitura da emenda, tendo em vista que ela foi publicada em um interstício muito pequeno de tempo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ailton Araújo)
(Lê a Emenda nº 01).

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está em discussão a emenda.

Em votação a emenda.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Foram três as emendas apresentadas ao Projeto nº 582.

Uma emenda tem o objetivo de suprimir outras receitas e foi, inclusive proposta indicada pela própria

Procuradoria Geral do Estado, porque entendeu ela que precisaria deixar mais clara as receitas que deveriam adentrar aos cofres públicos. Então essa é a terceira emenda.

Esta emenda lida pelo senhor secretário, visa corrigir a expressão porque no texto original está dizendo que fará parte das receitas, o saldo de balanço. O saldo de balanço não é receita e a intenção do projeto era justamente de informar que as receitas provenientes da aplicação financeira é que fariam parte.

E a terceira emenda trata da parcela que vai ficar como residual para distribuir entre os procuradores da ativa e da forma que está redigida, até 1% era para investimento, até 5% era para divulgação de meios para melhorar a arrecadação, até 3% era por melhoria de equipamento, até 2% era para atividades de qualificação de pessoal, e enfim, sobrava um valor que era para distribuir para os senhores procuradores, que não tinham limites e nós limitamos em até 90%. E isso para quê?

Para que não viessem lá e dissessem que 1% só destinava ao investimento, 1% era a qualificação de pessoal, 1% a aquisição de equipamentos e o resto seria distribuído. Isso foi para ordenar o valor, justamente, da distribuição a ser feita aos senhores procuradores. A emenda é correta e está de acordo com a PGE e esses seriam os esclarecimentos que eu desejaria trazer ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está em votação a emenda que acaba de ser lida.

Aprovada.

Emenda nº 02.

Está em votação.

Aprovada.

Emenda nº 3

Está em votação.

Aprovada.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2003, que objetiva definir critérios de escolha, mediante consulta à comunidade escolar para designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 093/2003, de 10.11.2003 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 665/2003

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão, o projeto de lei de iniciativa do chefe do Executivo Estadual, que dispõe sobre a designação de diretores e diretores auxiliares da rede estadual de educação básica do Paraná, mediante consulta a ser realizada à comunidade escolar.

O projeto sob análise regulamenta eleições diretas para diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Ensino.

A Mensagem Governamental nº 035/2003, restabelece um procedimento próprio do estado democrático de direito. A matéria é de competência dos Estados e a iniciativa cabe ao governador do Estado. Portanto, presentes os requisitos legais e formais para prosseguimento da tramitação regimental.

No que compete a esta Comissão, não há nada que obste a tramitação regimental da proposição.

Os professores, funcionários, alunos e pais de alunos, durante diversos anos ficaram afastados desse constitucional procedimento, o que desmotivou e até desacreditou a participação da sociedade na escolha dos dirigentes das escolas estaduais.

O pleno restabelecimento da democracia é um processo a ser reconstruído por toda a sociedade.

Pelas razões supra, o quórum de 51% de comparecimento pode inviabilizar o processo eleitoral. Neste sentido, propomos duas emendas: uma ao artigo 10, reduzindo o quórum mínimo para 35%; outra ao artigo 18 estabelecendo o mesmo percentual.

O parecer é pela tramitação regimental regular e apresentamos em anexo as duas emendas mencionadas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 665/2003

Modifica o artigo 3º do Projeto de Lei nº 665/2003, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - A consulta para designação de diretores e diretores auxiliares será realizada de 2 (dois) em 2 (dois) anos, no mês de novembro do calendário civil, através de voto por chapa, secreto e facultativo dos membros da comunidade escolar aptos a votar, vedado o voto por representação.

Parágrafo Único - O processo de consulta será:

I - supervisionado pela diretoria geral da Secretaria de Estado da Educação;

II - coordenado pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação, e

III- executado pelos Núcleos Regionais de Educação e Estabelecimentos de Ensino da Rede estadual de Educação Básica do Paraná”.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Hermes Fonseca

EMENDA MODIFICATIVA

Ao Projeto de Lei nº 665/2003, que dispõe sobre a designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual Básica do Paraná mediante consulta à comunidade.

Modifique-se o artigo 10 do Projeto de Lei nº 665/2003. Que passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 - O quórum mínimo de comparecimento para homologar o processo de consulta será de pelo menos 35% (trinta e cinco por cento) dos constantes da lista de aptos a votar, aprovada pela Comissão Eleitoral do Estabelecimento de Ensino.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira e Hermes Fonseca

JUSTIFICATIVA:

Em nosso parecer na Comissão já justificamos a mudança proposta. O quórum excessivamente elevado poderá inviabilizar o processo eleitoral, nesse primeiro momento. A consciência da necessidade da participação popular na eleição de diretores é um processo a ser reconstruído progressivamente.

Durante muitos anos, a comunidade escolar ficou afastada da eleição de diretores e esta terá que readquirir a credibilidade no procedimento eleitoral.

Ao estipular-se em 51% (cinquenta e um por cento) o quórum mínimo estar-se-á dificultando a legitimação da eleição direta de diretores.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2622, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia da presente Sessão, para que seja analisado o mérito pela Comissão de Educação.

Prejudicado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

No item nº 02 da pauta, a informação que nós temos é que é a Discussão do Projeto de Lei nº 665/2003, que objetiva definir critérios de escolha, mediante consulta à comunidade escolar para designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

Tem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, mas não consta, na documentação que nos é entregue, o parecer da Comissão de Educação e este projeto teria que, obrigatoriamente, passar pela Comissão de Educação. E existe um requerimento sobre a mesa, pedindo o envio deste projeto à Comissão de Educação, e peço a retirada do projeto até que a Comissão elabore o seu relatório.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Antes de passar a palavra pela ordem, quero dizer que há sobre a mesa aqui o parecer da Comissão de Educação e Cultura, presidida pelo deputado Tadeu Veneri.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Então, senhor presidente, precisamos ter conhecimento desse parecer, porque não temos!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Solicito que a Mesa faça a leitura do parecer, para que todos os deputados tomem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A Mesa fará a leitura do parecer da Comissão.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero aqui salientar a agilidade da Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Esse projeto de lei foi lido no dia de ontem na Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná. E tão rapidamente, o famoso “the Flash”, já passou pela CCJ e rapidamente pela Comissão de Educação. E já estamos votando hoje no plenário. Quer dizer, em vinte e quatro horas ele fez tudo isso!

Então, realmente é um caso extraordinário, que não é costume da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sem discussão a fundo.

Mas, vamos lá, em nome da constitucionalidade...

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em nome da assessoria dos deputados, nós agradecemos.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Quero aqui fazer minhas as palavras do deputado Plauto, senhor presidente, senhores deputados. Esse projeto rapidamente passou pelas Comissões, exatamente como disse o deputado Plauto; nós precisamos discutir. Eu, sinceramente, gostaria de discutir esse projeto com a comunidade, não conseguimos discutir ainda.

Não podemos empurrar goela abaixo isso aqui sem ouvir os diretores, sem ouvir os professores.

Esta Casa não pode aprovar uma lei sem ouvir os professores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

V. Exa. vai poder votar o requerimento que, na sequência, eu colocarei, por duas Sessões.

O SR. JOCELITO CANTO

Sim, exatamente, senhor presidente, para podermos debater, porque já foram feitas eleições no passado e que foram agora anuladas. E não podemos correr esse risco.

Então, eu queria pedir aqui que esta Casa tivesse a devida responsabilidade para discutir isso aqui...

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para esclarecer que estamos votando a constitucionalidade, hoje. O projeto e a discussão, toda, pode ser votada na segunda-feira. E tudo isso está sendo feito porque há um prazo. Inclusive esse projeto, deputado, está no início, agora.

Acho que é possível que os deputados se manifestem, inclusive, contrários, na segunda-feira. Agora, hoje, é a constitucionalidade, por isso que há celeridade. A APP está aqui, os professores vieram aqui, visitaram neste ano todo quase que todos os gabinetes e fizeram esse debate com os deputados.

O que está no projeto é aquilo que foi debatido com todos os 54 senhores deputados durante este ano todo, inclusive, que era o projeto que deveria vir.

Então, acho que há, sim, uma celeridade em função dos prazos. Agora, gostaria que nós pudéssemos votar hoje a constitucionalidade e fazer o debate na segunda-feira, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Por isso, a agilidade da Casa.

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à leitura do parecer da Comissão de Educação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ailton Araújo**)

(Lê): “COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 665/2003

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão, o projeto de lei de iniciativa do chefe do Executivo Estadual, dispõe sobre a designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, mediante consulta a ser realizada à comunidade escolar.

Releva destacar que a eleição para diretores das escolas públicas fortalece o espírito democrático e de cidadania entre pais, professores, alunos e demais membros da comunidade escolar.

O processo eleitoral assegura o exercício da democracia naquele espaço que está intimamente ligado aos primeiros anos de vida de um cidadão. Nesse mesmo espaço onde se transmite o saber histórico e coletivamente produzido, passa-se a exercer a cidadania na escolha de dirigentes.

O projeto sob análise regulamenta as eleições diretas para diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Ensino.

A Mensagem Governamental 035/2003 restabelece um procedimento próprio do estado democrático de direito.

A matéria é de competência dos Estados e a iniciativa cabe ao governador do Estado, portanto, presentes os requisitos legais e formais para prosseguimento da tramitação regimental.

No que compete a esta Comissão, não há nada que obste a tramitação regimental da proposição.

Os professores, funcionários, alunos e pais de alunos, durante diversos anos ficaram afastados desse constitucional procedimento, o que desmotivou e até desacreditou a participação da sociedade na escolha dos dirigentes das escolas estaduais.

O pleno restabelecimento da democracia é um processo a ser reconstruído por toda a sociedade.

Pelas razões supra, o quórum de 51% de comparecimento pode inviabilizar o processo eleitoral. Neste sentido propomos duas emendas: uma ao artigo 10, reduzindo o quórum mínimo para 35%; outra, ao artigo 18, estabelecendo o mesmo percentual.

É fundamental que na regulamentação da lei estabeleçam-se mecanismos que assegurem o espírito democrático da norma e não a transformem em instrumento para o exercício do autoritarismo e desvio de finalidade.

O parecer é pela tramitação regimental regular e apresentamos em anexo as duas emendas mencionadas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
BARBOSA NETO - Relator”.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Lido o relatório.

Antes de passarmos a palavra ao deputado Reni Pereira, quero consultar o deputado Plauto Miró, se está fazendo um novo requerimento, porque este está prejudicado, já que ele pede a retirada, para enviar à Comissão de Educação. A Comissão, portanto, deu o parecer. Fica prejudicado o seu requerimento.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Estou encaminhando um outro requerimento, pedindo a retirada, para podermos discutir, por duas Sessões.

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de manifestar aqui a minha surpresa, porque na data de ontem o deputado presidente da Comissão de Educação solicitou algumas assinaturas, entre as quais a minha, porque entendo que é necessário em uma legislação desse tipo, ouvir, principalmente as partes interessadas, que é o corpo docente e o corpo de diretores dos colégios estaduais. O deputado Tadeu Veneri pediu a assinatura na data de ontem, para fazermos uma audiência pública, justamente, para se inteirar.

Confesso, senhor presidente, que em alguns artigos - que estou tendo uma rápida visita, aqui - eu gostaria de discutir um pouquinho melhor, em que pese já ter sido lido o relatório da Comissão de Constituição e Justiça, acredito que seria de bom alvitre que esta Casa retirasse, no mínimo por duas Sessões, para que pudéssemos debater um pouquinho melhor. Tendo em vista, como foi falado anteriormente, a celeridade que foi impregnada a este caso, de em 24 horas ter transitado, corremos o risco, na segunda-feira, de estarmos votando a segunda votação, sem a segunda discussão, sem o debate mais aprimorado da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Ainda sobre o referido projeto, Requerimento nº 2623, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões.

Em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam o requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Recebemos ontem a visita do presidente da APP-Sindicato. Ele queria falar conosco, mas tínhamos uma reunião da CPI do Paranacidade. Conversei com ele rapidamente no corredor. Ficamos de conversar ainda durante esta semana, sobre essa nova lei que o governo do Estado manda para a Assembléia Legislativa, regulamentando a eleição dos diretores dos estabelecimentos de ensino público no Estado do Paraná.

Estou tomando conhecimento desse projeto, agora, mesmo porque ele foi lido ontem, aqui, na Assembléia, em uma Sessão, foi distribuído para a CCJ e também para a Comissão de Educação, em um tempo recorde, como disse muito bem o deputado Plauto: the Flash - andou rapidamente.

Comprova-se exatamente aquilo que a bancada que dá sustentação ao governo, hoje, condenou quando éramos governo. Mas tão rápido, acho que nenhum projeto andou aqui na Assembléia Legislativa ainda não. O que se fez, muitas vezes, até transformar a Plenária em Comissão Geral, que aconteceu esse ano, é um dispositivo legal e regimental, que deve ser, sempre foi usado por todos os governos e por toda a bancada que dá sustentação ao governo.

O que nos preocupa, tirando o projeto por suas Sessões, não atrapalha absolutamente em nada esse projeto do governo do Estado, mesmo porque temos que discutir até a própria constitucionalidade, porque nós sabemos que existe hoje os diretores que foram eleitos ou foram nomeados pelo ex-governador pelo mandato de três anos, quem for eleito ou não eleito.

Então, quando nós vamos alterar uma legislação, temos que cumprir os dispositivos que regulamentaram ou que confirmaram ou que levaram determinadas pessoas a assumir determinado cargo.

E alguém pode dizer, senhor presidente, mas o decreto, esse que regulamentava a eleição dos diretores, ele foi julgado inconstitucional e permanece a lei que, se não me falha a memória, do tempo do governador José Richa, que dá dois anos de mandato para os atuais diretores.

Ora, se nós tínhamos uma legislação e que os diretores foram nomeados para um determinado período, acho que este tempo tem que ser respeitado e aí caberia uma discussão, uma consulta mais ampla de nós parlamentares, para ver como é que vai ficar com este mandato dos atuais diretores - vamos tirar um ano deles? Na verdade, quer queira, quer não, eles disputaram uma eleição diante da sociedade estudantil, com os professores, com os pais, e cada um teve um peso. Não me recordo, não sou especialista nesta área, mas o direito, esse tem que ser respeitado.

Por isso, acho que nada melhor que nós retirarmos este projeto por duas Sessões, para que, na semana que vem, nós possamos, num entendimento, apreciar este projeto em primeira e em segunda discussão. Sem sombra de dúvida não vai atrapalhar, em absoluto, nem as pretensões do governo e muito menos a APP Sindicato.

A SRA. ELZA CORREIA (**Para encaminhar**)

Senhor presidente, eu entendo que hoje votaremos a questão da legalidade e constitucionalidade. Ponto. Isto não impede que façamos e tenhamos uma ampla discussão em relação ao projeto na próxima segunda-feira, na próxima Sessão. Nós não estamos inviabilizando a discussão, até porque discussão é importante e faz parte do Parlamento.

A minha preocupação, e aí fico felicíssima que tenhamos sido ágeis, ou "The Flash," como alguns companheiros usaram a expressão, porque, se "The Flash," quando vem em relação a assuntos de interesse da população e ao encontro da democracia, nós temos mais é que ser rápidos e ágeis. Seria de se contestar, de repudiar, de não aceitar se nós fôssemos "The Flash" para projetos que não atendessem os interesses da população ou da comunidade, como é este caso que já aconteceu nesta Assembléia em muitas e muitas vezes nesses anos todos de vida desta Assembléia.

Muitas questões de interesse, outros também foram, infelizmente, passaram por aqui de forma "The Flash", que nós teríamos que ter votado contrariamente. Não neste caso, que as eleições acontecem no dia 28. Há uma apreensão, há uma pressa legitimada dos diretores que ficaram a seco, a comunidade escolar que ficou a seco, à mingua, durante todo esse tempo, quando os diretores de escola eram impostos goela abaixo, muitas vezes por interesse político, e nós sabemos disso, e que neste momento o reclamo da categoria é para que as eleições aconteçam dentro do exercício que nós aqui nesta Casa fomos eleitos para defender, que é o exercício da democracia.

Portanto, acho que temos que votar hoje a questão da legalidade, da constitucionalidade, até porque isto não

fere a questão da discussão do projeto na segunda-feira. Não dá para empurrar mais com a barriga, porque este projeto demorou muito para vir para a Casa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Gostaria que o deputado Plauto nos ajudasse aqui - o requerimento veio equivocado - a súmula pede a retirada por duas Sessões e o requerimento fala em retirada por três Sessões - que na sua fala, V. Exa. deixe claro qual é o pedido.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Para encaminhar**)

É o que está na súmula - por duas Sessões.

Acredito, senhor presidente, que é o suficiente para nós podermos discutir.

Senhor presidente, eu estou nesta Casa já por alguns mandatos e tenho acompanhado o discurso, o posicionamento e a defesa de cada Partido, em especial de parlamentares, nesta Casa, e numa questão tão importante que estamos votando neste momento, a constitucionalidade, que diz respeito à cassação do mandato dos diretores que foram eleitos por três anos e estão tendo seus mandatos, de acordo com esta lei, cassados por um ano.

Nós, votando um projeto dessa importância, que vai mexer com todas as escolas estaduais do Paraná com tanta rapidez, a Comissão de Educação deu seu parecer rapidamente, parece-me que foi feita até no Plenário, que nenhuma reunião saiu, coletou-se as assinaturas dos deputados, sem uma discussão ampla, que é costume, perdoem-me, senhor presidente, senhores deputados, que é costume histórico do PT, que é discutir com profundidade todas as questões de interesse da opinião pública e em especial de interesse dos professores, dos diretores, dos pais dos alunos que votaram nas eleições há dois anos atrás, dos professores, como um todo. E agora nós estamos votando e analisando sem discutir, sem ter uma informação maior, um projeto que foi lido ontem, na Mesa, que teve o parecer dado pelo presidente da Comissão de Educação, rapidamente, sem discussões maiores, e estamos aqui, neste momento, vendo aqui que o seu Partido sempre pregou, a ampla discussão, que não aconteceu e nós estamos votando, em 1ª Discussão um projeto, a sua constitucionalidade, sem uma discussão de interesse dos deputados, para eles poderem dar uma satisfação aos professores, em especial aos diretores que estão tendo os seus mandatos cassados.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para que a verdade seja restaurada nesta Casa, não é esta lei que cassa mandato de nenhum diretor.

Quem cassou foi a Justiça quando considerou a lei feita no governo anterior sem validade, e portanto hoje

nenhum diretor pode estar nomeado diretor e a lei não tem validade e foram cassados os mandatos.

O SR. JOCELITO CANTO (Para encaminhar)

Senhor presidente, eu gostaria apenas de consultar a nossa Comissão de Educação, através do seu presente, deputado Tadeu Veneri para saber se a APP Sindicato é favorável a este projeto.

Gostaria de ouvir as palavras do presidente da Comissão de Educação se a APP é favorável, se esse projeto foi discutido com a APP Sindicato?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

V. Exa. não pode argüir o deputado a qualquer momento.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Senhor presidente, faz um ano que a APP está discutindo essas eleições e por uma razão muito simples: nos oito anos anteriores os professores tiveram o direito de terem os seus representantes e as comunidades de uma forma legítima e direta cassados. Nós tivemos com a secretária Saliba, um processo que destruiu as eleições de diretores das escolas do Estado do Paraná.

Hoje o que estamos procurando fazer, é restaurar um debate que vem sendo feito, este ano, entre a Secretaria da Educação e a APP. A maioria dos deputados recebeu, os senhores devem estar lembrado, no início deste ano, um envelope com todas as reivindicações da APP, inclusive a eleição dos diretores das escolas.

O projeto que estamos propondo hoje que a Comissão de Educação inclusive deu o parecer favorável e a Comissão de Legislação, na parte da manhã, também deu parecer favorável, é um projeto possível. Obviamente no ano que vem, se entendermos que deve ser melhorado, tenho certeza que sensibilidade da maioria dos deputados haverá, para que possamos melhorá-lo.

Agora o que precisamos, senhor presidente, é trabalhar este projeto porque, o tempo que temos é muito curto. Se não conseguirmos fazer com que haja eleições por esse novo projeto, nós teremos que fazê-lo pelo projeto anterior, que exclui os celetistas, que exclui uma série de pessoas que poderiam participar hoje.

Por isso estamos com esta celeridade, deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Só para encerrar a minha participação.

Queria que o senhor me perdoasse porque eu não havia ouvido falar da APP. E no meu ponto de vista, quem representa os professores é a APP. E se há uma aprovação da APP Sindicato, aqui, voto a favor do projeto, porque o legítimo representante dos professores é a APP.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para encaminhar)

Esse projeto, na minha opinião, foi aprovado pela população do Paraná quando elegeu o governador. Era

uma proposta do seu governo, estava discutida com a população e acho que temos que votar o projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Vamos votar o requerimento que pede a retirada por duas Sessões.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Rejeitado.

Em discussão o projeto e as emendas. Encerrada a discussão.

Em votação apenas o projeto.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. ELIO RUSCH

Para encaminhar.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Já estava em votação.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH

V. Exa. colocou em discussão e viu que eu estava querendo falar e que o microfone não estava com o som.

Senhor presidente, nós jamais votaríamos contra esse projeto. Que fique registrado nos Anais desta Casa que os deputados: Fernando Ribas Carli, Elio Rusch e Plauto não votaram contra o projeto. Para que não parem dúvidas amanhã ou depois. Votamos a favor de um requerimento para que pudéssemos tomar conhecimento desse projeto, discutir com a APP Sindicato e com os atuais diretores.

Somos favoráveis ao projeto do deputado Ângelo Vanhoni, porque esse projeto, no mínimo, institui 3 anos. E a lei que existe hoje dá 2 anos. Somos favoráveis a esse projeto, mas cabe a esse projeto discussão e aprofundamento.

Ninguém pode pôr, aqui, na Assembléia, no Parlamento, nem no Paraná, nem no Congresso Nacional e nem numa Câmara Municipal. O que é o Parlamento? Aliás isso sempre foi falado pelos deputados que dão sustentação ao governo hoje, que não se pode votar nada no afogadilho, tem que ser discutido, e os parlamentares têm que tomar conhecimento do conteúdo da matéria que está na Ordem do Dia.

E é isso que nós queríamos. Entendíamos que com esse requerimento não iríamos atrapalhar em absoluto o

andamento desse projeto, mas vamos votar a favor da constitucionalidade, como o deputado Tadeu Veneri, que é presidente da Comissão de Educação, no seu relatório, já apresentou 2 emendas. Hoje não se vota as emendas; vota-se a constitucionalidade.

Na segunda-feira, quando se discute o mérito do Projeto, pode qualquer deputado apresentar as emendas. E aí cabe a qualquer parlamentar, que não faz parte da Comissão, apresentar emendas. Somos favoráveis e entendemos, deputado Anibelli, V. Exa. que é o líder do PMDB, que esse projeto ao menos dê o prazo de 3 anos, que achamos que é necessário. Como nós entendemos, a reeleição também pode ser constituída. E, segundo nos consta, parece que está proibida a reeleição, e não concordamos com isso.

Ora, se tem reeleição para prefeito, para governador e para presidente da República, por que não pode ter reeleição para diretor? Então isso temos que tomar conhecimento; nem estou sabendo. Alguém me informou que não poderia ser.

E isso queremos discutir no mérito, vamos apresentar nossas emendas e fazer as correções que devem ser necessárias que nós entendemos, em parceria, discutindo com a APP Sindicato e discutindo com os diretores, e nós nos manifestamos neste momento, para que não venham dizer amanhã ou depois, que os deputados da oposição ao governo do Estado são contra esse projeto.

Nós somos favoráveis, mas somos a favor de entendimento e a favor da discussão, acima de tudo.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Apenas para esclarecer que o projeto prevê a reeleição consecutiva por duas vezes.

Então, deputado Elio Rusch fique tranqüilo, porque a reeleição está garantida no projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Deputado Elio Rusch, está um pouco entusiasmado demais hoje. Acho que deveríamos fazer a votação. Estou achando esse projeto meio parecido com aquele da Copel, que foi até madrugada. Então, se alguém falou da Oposição que está indo muito rápido, o da Copel foi mais rápido que esperança de pobre.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

O projeto da Copel, ficou aqui quase um ano para ser votado.

Então, V. Exa. está faltando com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os deputados que forem favoráveis ao projeto, permaneçam como estão.

Aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 279, 409, 438 e 591/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 517, 522, 571 e 582/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 016, 369, 376 e 619/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 112/2003.

Gostaria de lembrar aos senhores deputados, as 09h00 amanhã, para saída da estação ferroviária para viagem de trem ao litoral do Paraná.

O SR. ADEMIR BIER (Pela Ordem)

Gostaria de informar aos deputados que na segunda-feira encerram-se as emendas ao Orçamento.

Levanta-se a Sessão.

Pauta da CCJ:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA 18.11.2003
ÚLTIMO PRAZO**

Projeto de Lei nº 106/2003, autor deputado Doutor Luciano e André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da saúde pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 02.09.2003.**

Projeto de Lei nº 318/2003, autor deputado Tadeu Veneri, que acrescenta parágrafo ao artigo 53 da Lei nº 6174/70 - carga horária dos funcionários da saúde. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 02.07.2003. Vistas aos deputados Marcos Isfer e Doutor Luciano em 19.08.2003.**

Projeto de Lei nº 560/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que institui categoria de loteria denominada raspadinha cultural, através de concurso de prognósticos com destinação de resultados para investimentos no setor de cultura do Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 590/2003, autor deputado Doutor Luciano, que proíbe o uso de areia e outras substâncias que liberem sílica nas atividades de jateamento no Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 22.10.2003. Vistas ao deputado José Maria Ferreira em 04.11.2003.**

Projeto de Lei nº 606/2003, autor deputado Duílio Genari que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho da rodovia que liga Santa Tereza do Oeste à Luz Marina, município de São Pedro do Iguaçu. **Relator deputado Elton Carlos Welter. Designado em 22.10.2003. Vistas ao deputado Delegado Bradock em 04.11.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 59/2003, autor deputado Doutor Luciano, que dispõe sobre a isenção de tarifas dos serviços públicos de energia elétrica e água para famílias de baixa renda no Estado do Paraná. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 134/2003, autor deputado Neivo Beraldin, que cria as divisões do Centro de Operações Especiais da Polícia Civil do Estado do Paraná - COPE, e dá outras providências. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 169/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede pública estadual de ensino. **Relator deputado Tadeu Veneri. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 193/2003, autor deputado Mauro Moraes, que concede isenção tarifária no transporte coletivo interestadual aos policiais civis do Estado do Paraná. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 231/2003, autor deputados Reni Pereira, Dobrandino da Silva e Chico Noroeste, que institui a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 235/2003, autor deputado Duílio Genari, que institui a Região Metropolitana de Toledo. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 576/2003, autor deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a

Rodovia Municipal que liga o município de Arapuã até a BR 466. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 578/2003, autor deputado Dobrandino da Silva, que altera dispositivo das Leis nºs 5.944/69 e 5.940/69 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar). **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 588/2003, autor deputado Doutor Luciano, que determina a obrigatoriedade do atendimento do às mulheres para os casos de abortamento definidos em Lei, por parte de hospitais de referência vinculados ao SUS. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 592/2003, autor deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 616/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre o aproveitamento de militares da reserva das forças armadas na Polícia Civil, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiro Militar e nos quadros funcionais do sistema penitenciário de nosso Estado. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 625/2003, autor deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no município de Kaloré. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 626/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que institui que as escolas da Zona Rural, Públicas e Privadas do Estado do Paraná deverão dispor de embasamento teórico e prático em ecológica. **Relator deputado Durval Amaral. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 634/2003, autor deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a criar vilas militares para atender soldados da Polícia Militar onde houver demanda. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 637/2003, autora deputada Cida Borghetti, que altera a redação do parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 12.909/2000 (Faculta as prefeituras municipais efetuar movimentação financeiras). **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 645/2003, autor deputado Pastor Edson Praczyk, que torna preferencial a internação de idosos em hospitais públicos e privados no Estado do Paraná. **Relator deputado Doutor Luciano. Designado em 05.11.2003. Vistas ao deputado José Maria Ferreira em 11.11.2003.**

Projeto de Lei nº 649/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre o desemplacamento de veículos automotores. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003.**

Projeto de Lei nº 653/2003, autor deputado Chico Noroeste, que institui o Programa Estadual de Bolsa Estudo, denominado Bolsa Universidade. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 10.11.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 020/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que obriga as operadoras de telefonia celular, que operam no estado do Paraná, a manter cadastros de todos os usuários de aparelhos telefônicos do sistema pré-pago. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 024/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a criar junto à Secretaria de Segurança Pública do Paraná, serviço especializado de atendimento e para receber denúncia de violência contra a mulher, à criança e ao adolescente. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 025/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que isenta os municípios do Estado do Paraná do pagamento de ICMS na aquisição de máquinas, veículos e caminhões novos. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 078/2003, autor deputado André Vargas, que institui, no calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná a Semana da Paz. **Emenda de Plenário. Relator deputado Elton Carlos Welter. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 081/2003, autora deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a exigibilidade da Carteira de Identidade para realização de matrícula na rede pública estadual de ensino e dá outras providências. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 098/2003, autor deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de consu-

mação obrigatória ou consumação mínima em bares, boates, danceterias, casas de show e similares no Estado. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 178/2003, autor deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre os usuários dos serviços públicos de saúde. **Relator deputado Doutor Luciano. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 206/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a criação de um programa que permanente de plantio de árvores pelos estudantes do ensino fundamental da rede pública do Estado do Paraná. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 483/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que institui o prêmio estadual de cinema e vídeo, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Cultura. **Emenda de Plenário. Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 538/2003, autor deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Linguagem Braille em hotéis, restaurantes e similares. **Relator deputado Doutor Luciano. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 636/2003, autor deputado Padre Paulo Campos, que cria o programa jornal escola, exercício da cidadania no âmbito da Secretaria Estadual de Educação. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 640/2003, autor deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a manutenção de desfibriladores automáticos externos em determinados locais. **Relator deputado Doutor Luciano. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 641/2003, autor deputado Renato Gaúcho, que cria o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual. **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 642/2003, autor deputado Durval Amaral, que altera a Redação da Lei nº 14.156/2003 (pagamento de débitos tributários). **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 667/2003, autor deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 6.174/70 - dispõe sobre licença especial remunerada para fins de aposentadoria. **Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 669/2003, autor deputado Nereu Moura, que altera a Lei nº 14.156/2003 - créditos do ICMS. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 12.11.2003.**

Proposição Veto nº 044/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 332/2003 de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo doar terreno ao município de Indianópolis. **Relator deputado Antonio Anibelli. Designado em 12.11.2003.**

Proposição Veto nº 045/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 325/2003 de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo doar imóvel ao município de Piraí do Sul. **Relator deputado Antonio Anibelli. Designado em 12.11.2003.**

Proposição Veto nº 046/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 294/2003 de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão, que estabelece o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do SUS. **Relator deputado Antonio Anibelli. Designado em 12.11.2003.**

Indicação Legislativa nº 120/2003, autor deputado Hermes Fonseca, que propõe estudos para a redivisão administrativa do Estado. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Indicação Legislativa nº 121/2003, autor deputado Hermes Fonseca, que propõe estudos para a implantação de centros administrativos nas redes das regiões administrativas do Estado. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 387/2003, autor deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores de Leite do município de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro na comarca de Cantagalo. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 654/2003, autora deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Casa da Família Rural de Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 656/2003, autor deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães da Vila Audi, com sede e foro no município de

Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 657/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Judas Tadeu, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 658/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública o Instituto Dedé Mocellin, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 659/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 10.346/93 - declarou de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 661/2003, autor deputado Ailton Araújo, que declara de Utilidade Pública a Fundação Esperança, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Projeto de Lei nº 663/2003, autor deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Berimbau de Prata, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator deputado Duílio Genari. Designado em 12.11.2003.**

Errata

Republicamos a Ata da 39ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel por ter saído com incorreções.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reunião das comissões desta Assembléia Legislativa, às 9h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Durval Amaral e Barbosa Neto. O senhor presidente solicitou ao senhor deputado Tadeu Veneri que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior, o senhor deputado Ratinho Júnior pediu dispensa, colocada a mesma em discussão foi esta aprovada. O senhor presidente fez a leitura de algumas correspondências recebidas. 01) Cópia carta GER-C/081/2003,

encaminhada pelo senhor José Ivan Morozowski, diretor superintendente da Copel Geração S.A.; 02) Resposta ao Ofício nº 166/2003, encaminhada pelo senhor Francisco Roberto Pereira, presidente da Sercomtel; 03) Em atenção ao Ofício nº 175/2003, cópia do contrato de compra e venda de energia celebrado entre a CIEN e Copel, encaminhada pelo diretor presidente da Copel; 04) Justificativa de ausência do senhor Rogério Figueiredo Vieira, encaminhada pelo seu representante legal doutor José Alfredo Lion, inscrito na OAB/RJ nº 74.074, que foi intimado para comparecer na data de 09/09/2003. Em seguida, o senhor presidente chamou a doutora Jozélia Nogueira Broliani, procuradora do Estado, lotada na Procuradoria Fiscal, que comparece para prestar esclarecimentos a respeito da avaliação dos créditos no caso Olvepar. Na sequência, o senhor presidente solicita a presença do senhor Delvani Alves Leme, consultor jurídico da Copel. A seguir o senhor presidente solicita a presença do senhor Arnaldo José Luquetta, contador da Copel, que faz a leitura do Termo de Compromisso. O senhor presidente solicita a presença do senhor Eduardo Karrer, que faz a leitura do Termo de Compromisso, acompanhado pelo seu advogado doutor Eduardo Alberto Marques Virmond, OAB-PR, nº 9.074, iniciando a sua explanação, e deixando junto à CPI documentos que entendeu necessários. Terminado o depoimento, o senhor presidente passa a chamar o segundo depoente do dia, senhor Raul Munhoz Neto, gerente de produção da UEG Araucária,

que prestou o Termo de Compromisso. Próximo depoente senhor Cezar Antonio Bordin, ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Contábil da Copel, que prestou o Termo de Compromisso. A seguir foi convidado o senhor André Grochveski Neto, ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Financeira da Copel. O próximo a ser ouvido o senhor Ricardo José Dória, engenheiro eletricitista da Diretoria de Marketing da Copel, que prestou o Termo de Compromisso. Antes do término da reunião, o senhor Raul Munhoz Neto, prestou mais alguns esclarecimentos que julgou necessário. Em seguida, o senhor deputado Tadeu Veneri requereu que fosse expedida carta precatória para a ouvida de depoimento no juízo da cidade do Rio de Janeiro do Sr. Rogério Figueiredo Vieira dos quesitos a serem respondidos pelo depoente, sendo o pedido aprovado pela Comissão. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e informou aos senhores deputados membros desta Comissão que no início de outubro estaremos apresentando o Relatório Final em Plenário. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - presidente
Wilson Penka - secretário